

Habilitações		
Categoria	Classe	Subcategoria
1ª Categoria - Edifícios e Património Construído	1	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Edifícios de Construção Tradicional
	1	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Edifícios com Estrutura Metálica
	1	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Edifícios de Madeira
	1	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Reabilitação e Conservação de Edifícios
	1	1ª Estruturas e elementos de betão
	1	2ª Estruturas metálicas
	1	3ª Estruturas de madeira
	1	4ª Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias
	1	5ª Estuques, pinturas e outros revestimentos
	1	6ª Carpintarias
	1	7ª Trabalhos em perfis não estruturais
	1	8ª Canalizações e condutas em edifícios
	1	9ª Instalações sem qualificação específica
2ª Categoria - Vias de Comunicação, Obras de Urbanização e Outras Infra-estruturas	3	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Obras Rodoviárias
	1	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Obras Ferroviárias
	3	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Obras de Urbanização
	3	1ª Vias de circulação rodoviária e aeródromos
	1	2ª Vias de circulação ferroviária
	1	3ª Pontes e viadutos de betão
	1	4ª Pontes e viadutos metálicos
	1	5ª Obras de arte correntes
	1	6ª Saneamento básico
	1	8ª Calçetamentos
	1	9ª Ajardinamentos
	1	10ª Infra-estruturas de desporto e lazer
	1	11ª Sinalização não eléctrica e dispositivos de protecção e segurança
3ª Categoria - Obras Hidráulicas	1	1ª Obras fluviais e aproveitamentos hidráulicos
	1	2ª Obras portuárias
	1	3ª Obras de protecção costeira
	1	4ª Barragens e diques
	4	5ª Dragagens
	4	6ª Emissários
4ª Categoria - Instalações Eléctricas e Mecânicas	1	1ª Instalações eléctricas de utilização de baixa tensão
	1	8ª Sistemas de extinção de incêndios, segurança e detecção
5ª Categoria - Outros Trabalhos	1	1ª Demolições
	1	2ª Movimentação de terras
	4	3ª Túneis e outros trabalhos de geotecnia
	1	4ª Fundações especiais
	4	5ª Reabilitação de elementos estruturais de betão
	1	6ª Paredes de contenção e ancoragens
	1	7ª Drenagens e tratamento de taludes
	1	8ª Reparações e tratamentos superficiais em estruturas metálicas
	1	9ª Armaduras para betão armado
	1	10ª Cofragens
	1	11ª Impermeabilizações e isolamentos
	1	12ª Andaimos e outras estruturas provisórias
	1	13ª Caminhos agrícolas e florestais

vs. 8

Classe	Valores das obras
1	Até 166.000 €
2	Até 332.000 €
3	Até 664.000 €
4	Até 1.328.000 €
5	Até 2.656.000 €
6	Até 5.312.000 €
7	Até 10.624.000 €
8	Até 16.600.000 €
9	Acima de 16.600.000 €

Este documento não substitui a consulta no endereço www.inci.pt

Impresso via www.inci.pt em 08/02/2011 às 17:43

CERTIDÃO

Maria de Fátima Barroso da Silva Salgado com a categoria de Chefe de Finanças do quadro da Direcção Geral dos Impostos, a exercer funções no Serviço de Finanças de LISBOA-6.

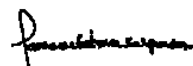
CERTIFICA que,
NIVELVIAS, S.A.
507666895

Face aos elementos disponíveis no sistema informático de gestão e controlo de processos de execução fiscal, tem a sua situação tributária regularizada, nos termos da alínea a), do art. 2º do D.L. 236/95, de 13 de Setembro, uma vez que, não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos ou prestações tributárias e respectivos juros.

A presente certidão é válida por 6 meses por força da alínea a), nº 2 do art. 3 do D. L 236/95, de 13 de Setembro.

Por ser verdade e ter sido solicitada emite-se a presente certidão em 14 de Novembro de 2011.

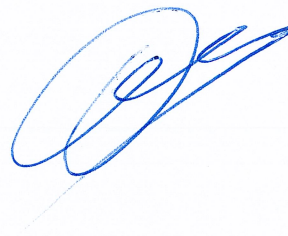
O Chefe de Finanças



(Maria de Fátima Barroso da Silva Salgado)

Elementos para validação

Nº Contribuinte: 507666895
Cód. Validação: SV98SC7FXZWH



DECLARAÇÃO - ANEXO II

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos)

1 – Pedro Miguel Lopes Durão, portador do Bilhete de Identidade N.º 10581589, residente em Bairro de Santo António, 6120-729 Mação, na qualidade de representante legal da NIVELVIAS, S.A., com o número de identificação fiscal 507 666 895, com sede em Rua Cidade de Bolama, Lote 17, 6.º A, 1800-079 Lisboa, adjudicatária no procedimento de Ajuste Directo **“Beneficiação de Arruamentos do Concelho”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional];
- c) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos;
- d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- f) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

2 – O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



NIVELVIAS, S.A.
A Administração

Lisboa, 26 de Dezembro de 2011



UNIDADE DE CONTRIBUIÇÕES
NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRIBUIÇÕES

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte: NIVELVIAS, S.A.

Firma/denominação: NIVELVIAS, S.A.

Número de Identificação de Segurança Social: 20017525033

Número de Identificação Fiscal: 507666895

Número de Declaração: 4827383

Data de emissão: 20-09-2011

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de **quatro** meses, a partir da data de emissão.

CDist LISBOA, Vinte de Setembro de 2011


(cargo, assinatura e nome do declarante sob selo branco)

António Manuel J. Rodrigues
Director da Unidade de Contribuições

Desta declaração podem ser obtidas fotocópias que são suficientes para a instrução de processos administrativos gratuitos (artigo 32º do D.L. n.º 135/99, de 22 de Abril, na redacção dada pelo D.L. n.º 29/2000, de 13 de Março).

Mod. GC 1-DGSS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

CERTIFICADO DE REGISTO CRIMINAL

MAÇÃO - TRIBUNAL JUDICIAL - SECÇÃO CENTRAL

PALÁCIO DA JUSTIÇA, AV. ENGº ADELINO AMARO
DA COSTA,
6120-746 MAÇÃO

NOME: PEDRO MIGUEL LOPES DURÃO

NATURAL DA FREG.: MAÇÃO

CONCELHO DE: MAÇÃO

DATA DE NASCIMENTO: 1974/11/20

NACIONALIDADE: PORTUGUESA

Nº BI: 10581589

CERTIFICADO REQUERIDO POR:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:

Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:

FIM A QUE SE DESTINA: CONTRATAÇÃO PÚBLICA (CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS) - NÃO ENVOLVE CONTACTO
REGULAR COM MENORES (LEI Nº 113/2009)

* NADA CONSTA ACERCA DA PESSOA ACIMA IDENTIFICADA *

DATA DE EMISSÃO: 2011/11/10

CONTROLO: MTJS/2.02285487/1110/115142

PAG. 1/1

CERTIFICADO GERADO AUTOMATICAMENTE PELO
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL

ESTE CERTIFICADO É VÁLIDO POR TRÊS MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO E APENAS PARA O FIM ACIMA MENCIONADO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

CERTIFICADO DO REGISTO CRIMINAL

NOME: NÍVELVIAS, S. A.-----

SEDE: SANTA MARIA DOS OLIVAIS-----

LOCALIDADE: LISBOA

Nº DE IDENTIF. DE PESSOA COLECTIVA: 507666895

REPRESENTANTE: PEDRO MIGUEL LOPES DURÃO-----

DOC. IDENTIFICAÇÃO: BI 10581589

ENTIDADE REQUERENTE: J MAÇÃO-----

FIM A QUE SE DESTINA: CONTRATAÇÃO PÚBLICA (CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS)-----

NADA CONSTA ACERCA DA PESSOA COLECTIVA ACIMA IDENTIFICADA

DATA DE EMISSÃO: 16-11-2011 LISBOA

CONTROLO: 36436EL

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL

ESTE CERTIFICADO É VÁLIDO POR TRÊS MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO E APENAS PARA O FIM ACIMA MENCIONADO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

CERTIFICADO DE REGISTO CRIMINAL

MAÇÃO - TRIBUNAL JUDICIAL - SECÇÃO CENTRAL

PALÁCIO DA JUSTIÇA, AV. ENGº ADELINO AMARO
DA COSTA,
6120-746 MAÇÃO

NOME: SUSANA MANUELA LOPES DURÃO

NATURAL DA FREG.: MAÇÃO

CONCELHO DE: MAÇÃO

DATA DE NASCIMENTO: 1973/03/17

NACIONALIDADE: PORTUGUESA

Nº BI: 10581582

CERTIFICADO REQUERIDO POR:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:

Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:

FIM A QUE SE DESTINA: CONTRATAÇÃO PÚBLICA (CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS) - NÃO ENVOLVE CONTACTO
REGULAR COM MENORES (LEI Nº 113/2009)

*
* NADA CONSTA ACERCA DA PESSOA ACIMA IDENTIFICADA *
*

DATA DE EMISSÃO: 2011/11/11

CONTROLO: MTJS/7.12482208/1111/115124

PAG. 1/1

CERTIFICADO GERADO AUTOMATICAMENTE PELO
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL

ESTE CERTIFICADO É VÁLIDO POR TRÊS MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO E APENAS PARA O FIM ACIMA MENCIONADO